

BRUNO CHAGAS MEDEIROS

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA “NOVA ECONOMIA”

**Monografia apresentada para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas,
Departamento de Economia, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.**

**Orientadora: Professora Ana Lúcia Jansen
de Mello de Santana**

**CURITIBA
2005**

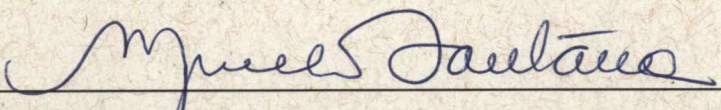
TERMO DE APROVAÇÃO

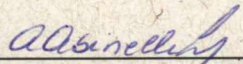
BRUNO CHAGAS MEDEIROS

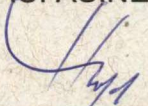
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA “NOVA ECONOMIA”

MONOGRAFIA APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL NO CURSO DE CIÊNCIA ECONÔMICA, SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADORA:


Prof.^a ANA LÚCIA JANSEN DE MELLO DE SANTANA


Prof.^a ARACI ASINELLI DA LUZ


Prof. LUIS ANTÔNIO LOPES

CURITIBA, 16 DE DEZEMBRO DE 2005

AGRADECIMENTOS

Caminhar acreditando que o mundo está pedindo uma transformação de consciência e que a ciência econômica tem um papel fundamental neste processo, tem sido muito desafiador. Assim, embarcaram comigo nessa jornada pessoas extraordinárias que me ajudaram a tornar possível essa monografia.

Agradeço, primeiramente, ao meu pai Laurindo, à minha mãe Regina e ao meu irmão Fabricio, pelo apoio, incentivo e por me ensinar a viver.

A Eliane Mizumoto (Lili), eterna sonhadora, grande namorada e excelente amiga, pela paciência, críticas e muitas inspirações.

Aos meus amigos Rodrigo Brito, Lauro Prado, Daniel Almeida, Leonardo Jianoti, Noel Levy e Eduardo Araújo, pelos conselhos, conversas e principalmente, pela experiência.

Aos professores Luiz Antônio Lopes, Maurício Aguiar Serra e Blás Enrique Caballero Nunez, pela sabedoria, conselhos e por me despertarem grandes questionamentos.

E, a minha grande amiga, Professora Orientadora Ana Lúcia Jansen de Mello de Santana, por mostrar os caminhos que me levaram a expressar da melhor forma possível meus pensamentos. E por sonhar junto!!!

“Os problemas econômicos não têm contornos bem delineados: eles se estendem imperceptivelmente pela Política, Sociologia, Ética. Não será exagero dizer que a resposta final a todo problema econômico está em algum outro campo.”

**Kenneth E. Boulding
(Livro “The Economics of Peace”, 1945)**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
SUMÁRIO	vi
RESUMO	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	3
1.1 "Nova Economia"?	3
1.2 Desenvolvimento Econômico	5
1.3 Economia em análise.....	8
CAPÍTULO 2	15
2.1 Dimensão Social.....	15
2.2 Dimensão Ecológica - Ambiental.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
ANEXO	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

RESUMO

Este trabalho de **Monografia** busca investigar a hipótese de que a ciência econômica está se mostrando insuficiente para a promoção do desenvolvimento econômico. **Objetiva** sublinhar os atuais problemas sociais, econômicos e ambientais, nos quais a ciência econômica apresenta uma certa impotência na formulação de propostas de solução. E, traz a luz também, as possibilidades que estão surgindo, a partir de novas propostas enriquecidas pela integração de algumas ciências com a economia, evidenciando mais uma vez que os caminhos para o desenvolvimento de uma “nova economia” transcendem a ciência econômica moderna.

Palavra Chave: Nova Economia, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento como Liberdade, Eco-Economia e Capital Social.

INTRODUÇÃO

Hoje em dia, cada vez mais, os problemas e assuntos globais estão se tornando mais perceptíveis. A economia globalizada tem levado a um crescimento “dezesesseis vezes maior do comércio mundial desde a Segunda Guerra Mundial” (Henderson, 2003), desencadeando “novos riscos” e “novas desigualdades”.

Refletir de tempo em tempo sobre o passado, presente e futuro da ciência econômica, contribui para uma maior percepção do seu papel e da sua relação com a realidade. Toda ciência está diretamente ligada ao ser humano, a sociedade, e tem como propósito, resumidamente, analisar e decifrar essa realidade a fim de, se necessário, elaborar modelos e propostas que contribuam para a vida.

Dessa forma, o objetivo principal desta monografia é sublinhar as evidências que sinalizam o fato de a ciência econômica, utilizando somente as variáveis econômicas, estar se mostrando insuficiente para a promoção do desenvolvimento econômico. Destaca-se também, num segundo plano, a apresentação de possíveis contribuições para uma “nova economia”, na qual se tem a ciência econômica interagindo com outras ciências.

De certa maneira o presente trabalho busca, na primeira parte, refletir sobre o quadro e características do desenvolvimento econômico atual e, na segunda parte, trazer a luz as propostas de uma nova economia, propondo demonstrar que a ciência econômica precisa se renovar para que seja possível alcançar o desenvolvimento econômico desejado.

Para tanto, este trabalho se encontra dividido em dois capítulos. No primeiro, faz-se uma apresentação concisa do porquê trazer o conceito de “Nova Economia”, e do conceito de “desenvolvimento econômico” que será utilizado e

de forma direta, apresentar reflexões sobre as razões pelas quais as variáveis econômicas vêm se mostrando insuficientes na promoção do desenvolvimento econômico .

No segundo capítulo, apresenta-se, de forma bem objetiva, algumas reflexões (culminando em propostas) que visam contribuir para as proposições de políticas econômicas. Tem-se como foco, atentar para as contribuições que envolvem variáveis não somente econômicas visando apoiar e interagir com a ciência econômica - oportunizando “novos modelos econômicos” – que promova o desenvolvimento econômico equilibrado e sustentado.

Nas considerações finais, procura-se resgatar as principais observações levantadas ao longo do trabalho, evidenciando o tema central: a insuficiência da ciência econômica, ao utilizar somente variáveis econômicas, para a promoção do desenvolvimento econômico nacional.

Para concluir o trabalho, segue em anexo uma proposta, aplicada, de uma atividade que objetivou por em prática algumas reflexões (do Capítulo 2) buscando-se um contato maior da ciência econômica com a realidade. Assim, um curso de extensão da Universidade Federal do Paraná foi elaborado e aplicado, visando discutir e analisar (principalmente) as questões das oportunidades sociais, facilidades econômicas e capital social

CAPÍTULO 1

1.1 “Nova Economia”?

Inspirado na percepção de que a ciência econômica (através de modelos e políticas econômicas) tem se mostrado insuficiente na promoção do desenvolvimento econômico e ao procurar propostas nas quais as pessoas e o planeta fossem mais valorizados, e se fundamentassem na justiça, na sustentabilidade ambiental e no bem-estar coletivo¹, o autor se deparou com o conceito de uma “nova economia”.

O atual progresso econômico falha ao satisfazer as necessidades de milhões de pessoas e compromete a habilidade das gerações futuras satisfazerem as suas. A “nova economia” reflete o crescimento da demanda mundial por novas formas de vida econômica e de estruturas que irão conservar a Terra e seus recursos, e empoderar as pessoas para que a satisfaçam suas necessidades e as necessidades dos outros (Robertson, 1997).

De acordo com James Robertson², o contemporâneo movimento da “nova economia” vem crescendo desde 1972, quando da realização da conferência das Nações Unidas de meio ambiente, onde foram publicados “Os limites do crescimento” e “O negócio é ser pequeno: Um estudo de economia que leva em conta as pessoas” (Small is beautiful).

Os princípios da “nova economia” vieram se cristalizando, no decorrer dos últimos 25 anos. Estes princípios, considerados no presente trabalho, incluem: o

¹ Ver em: www.neweconomics.org

² Autor do Livro “The Sane Alternative” e Coordenador da SANE (South African New Economics) Network. Ver mais em: <http://www.sane.org.za>

sistemático empoderamento das pessoas, como base para o desenvolvimento centrado no ser humano; a sistemática conservação dos recursos e do meio ambiente, como base para o desenvolvimento ambientalmente sustentável; a restauração da política e da ética para um lugar central na vida e no pensamento econômico.

Para Lester Brown³, a “nova economia” contrasta uma das atrações do modelo econômico ocidental, em que a elevação dos padrões de vida de um quinto da humanidade para um nível que nossos ancestrais nunca teriam sonhado, vem proporcionando uma dieta incrivelmente diversificada, níveis sem precedentes de consumo material e mobilidade física inimaginável.

Portanto o termo “nova economia” é pertinente ao tema do trabalho a ser apresentado, pois a insuficiência na promoção do desenvolvimento econômico refere-se justamente às falhas nos princípios: centrado nas pessoas; sustentabilidade ambiental; e, tendo a ética um lugar central na vida e pensamento econômico.

³ Fundador do Worldwatch Institute. Ver em: <http://www.worldwatch.org>

1.2 Desenvolvimento Econômico

A apresentação de contribuições para uma “nova economia” tem como objetivo alertar aos economistas, na elaboração e implementação das políticas econômicas, da importância de se levar em conta algumas variáveis, não econômicas, capazes de potencializar a promoção do desenvolvimento econômico. Dessa forma, para começar, é importante ressaltar o conceito de desenvolvimento econômico utilizado neste trabalho.

De acordo com Nali de Jesus de Souza, existem duas correntes de economistas que possuem considerações diferenciadas a respeito de Crescimento e Desenvolvimento Econômico. “Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento . Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não condição suficiente.” Trabalhar-se-á com a segunda corrente.

É muito comum a associação do crescimento econômico como desenvolvimento. “Contudo, a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população.” (Souza, 2005)

É importante perceber que Crescimento Econômico envolve, em sua maioria, variações quantitativas do produto (renda). Já o Desenvolvimento Econômico envolve a percepção das transformações qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas.

“O desenvolvimento econômico pressupõe, portanto, o crescimento de variáveis básicas, como produção, emprego e renda, constituindo as condições necessárias; em segundo lugar, esse crescimento precisa efetuar-se como

aumento da produtividade, preservação do meio ambiente e melhoria de indicadores sociais, implicando maior nível de bem-estar para o conjunto da população em todas as regiões do sistema nacional. (...) Como apontaram os economistas clássicos, um ambiente socioeconômico desfavorável constitui um entrave ao desenvolvimento econômico.” (Souza, 2005)

Sendo assim, o pensamento que vem ao encontro, nesta primeira etapa do trabalho, abrindo espaço para a apresentação das visões de uma “nova economia”, teve origem na corrente estruturalista⁴, na qual acredita-se que:

Desenvolvimento econômico define-se, portanto pela existência de crescimento econômico (g), em ritmo superior ao crescimento demográfico (g^*), envolvendo mudanças estruturais e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação da natureza (Souza, 2005).

Uma das grandes questões que estimulam a presente reflexão sobre o desenvolvimento econômico e a percepção da necessidade do surgimento de uma “nova economia”, está no fato de que ainda hoje se acredita que “uma possível melhoria no nível de bem-estar das pessoas é apenas inferida pela elevação da renda per capita”.

Logo, uma definição mais completa do desenvolvimento exige, portanto, outras indicações de como está se comportando no tempo, tanto o produto como a população, em termos de maior produtividade e melhores níveis de bem-estar social. Uma definição completa de desenvolvimento envolve, além da melhoria de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente (Souza, 2005).

4 Este trabalho não segue alguma corrente específica, rígida, pois se acredita que o olhar integral, sobre as diferentes linhas de pensamento econômico, poderá contribuir bastante para esse tema muito discutido (polêmico) entre os economistas da atualidade.

Assim, este trabalho envolve o desenvolvimento como mudança estrutural, implicando mudanças nas estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais. Objetivando melhoria na forma, nos processos de interação entre as pessoas e melhoria da relação com a maior fonte de recursos de qualquer economia: a natureza.

1.3 Economia em análise

Pretende-se aqui não ir contra ou negar todo o processo de crescimento econômico ocorrido até os dias atuais. Mas, a partir da identificação da necessidade de promover um “crescimento econômico saudável”⁵ para que se tenha o desenvolvimento, trazer à luz alguns pontos nos quais as análises e incentivos estritamente econômicos estão se mostrando insuficientes.

De acordo com o BNDES, em análises recentes: “A economia brasileira iniciou um novo ciclo de desenvolvimento em 2004, quando o PIB registrou a mais alta taxa de crescimento desde 1994.(...) O Brasil possui condições extremamente favoráveis para manter uma alta taxa de crescimento do PIB e promover o progresso social e tecnológico nos próximos anos. De um lado, a redução do endividamento público em termos do PIB e o aumento do superávit em conta corrente colocam o país em uma situação menos vulnerável a choques internacionais.(...) Em linhas gerais, o rápido crescimento econômico com ganhos de produtividade permite um aumento sustentado e não inflacionário dos lucros e dos salários, que por sua vez conduz a uma nova expansão da demanda agregada, incentivando o investimento e promovendo novos ganhos de produtividade mediante o aumento da escala de produção e a adoção de inovações tecnológicas.”⁶

Ao analisar o documento do BNDES, percebe-se que o Brasil tem caminhado, no que diz respeito ao crescimento econômico, em um ritmo ascendente. Levando em conta somente as variáveis econômicas como estabilidade fiscal e monetária, aumento das exportações, elevação da taxa de investimento e redução da vulnerabilidade externa da economia, PIB, Renda per

⁵ Crescimento econômico saudável, diz respeito, por exemplo, ao crescimento de variáveis econômicas como o PIB acompanhado por uma proporcional ampliação da qualidade de vida da população e preservação ambiental.

⁶ REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 12, N. 23, P. 3-16, JUN. 2005

capita etc., as análises têm se mostrado bastante positivas. A preocupação surge quando se traz aos “olhos científicos” da economia as questões sociais (humanas e institucionais) e ambientais, decorrentes deste crescimento.

Assim é interessante analisar o relatório do governo e das Nações Unidas apontando “que o país deve cumprir vários dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, apresentado pelo IPEA:

“O Brasil tem avançado no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas em várias áreas o desempenho do país ainda esbarra em discrepâncias regionais e desigualdades entre ricos e pobres, negros e brancos, zona rural e zona urbana e homem e mulher.(...) O relatório mostra que, mantida a tendência recente, o Brasil deve cumprir a maioria dos compromissos ligados à pobreza, educação e saúde; em saneamento e moradia, é preciso aumentar os esforços. Em algumas áreas, o país não dispõe de indicadores recentes ou adequados para avaliar o grau de avanço ou retrocesso. (...)’A década de 1990 apresentou uma série de melhorias nos indicadores selecionados. No entanto, o Brasil ainda está longe de atingir um patamar de bem-estar social compatível com seu nível de riqueza e desenvolvimento — apesar de o país já ter avançado em diversas políticas e programas na área social’. ‘Seja qual for o ‘termômetro’ usado, o número absoluto de pessoas na extrema pobreza no Brasil ainda é muito alto, a ponto de superar o total da população de muitos países. Os muito pobres podem ser 8 milhões ou 17 milhões, dependendo de onde se traça a linha de indigência’. Apesar da tendência positiva, a desigualdade de renda pouco se alterou no período. Em 1992, aponta o relatório, os 20% mais pobres do país tinham apenas 3% do total da renda nacional; em 2002, o percentual subiu um pouco, para 4,2%. Os 20% mais ricos se apropriaram de 55,7% da renda em 1992, 55,8% em 1996 e 56,8% em 2002. ‘Apesar da melhora na renda dos mais pobres, a distância em relação aos mais abastados pouco se alterou’.”⁷

⁷ Fonte: <http://www.ipea.gov.br/>

Dentre os vários pontos analisados pelo IPEA, BNDES e IBGE, alguns freqüentemente não são considerados nas análises do desenvolvimento econômico. São variáveis que de maneiras muitas vezes subjetivas expressam os resultados de um crescimento econômico desigual e insustentado.

Para tanto não precisa ir muito longe, ou fazer uma lista de todas as variáveis, para que se perceba que o atual modelo econômico não está sendo suficiente no que se refere a desenvolvimento econômico. Para cada dimensão (social e ambiental) se apresenta aqui basicamente dois exemplos.

Começando, pela dimensão social, a taxa de *desemprego aberto* que expressa a proporção da população economicamente ativa desocupada (procurando trabalho). “O desemprego é um dos principais problemas que afeta tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento, e é um dos principais fatores que determinam os níveis de pobreza. A taxa de desemprego aberto é um dos indicadores de análise sobre o mercado de trabalho e reflete a incapacidade do sistema econômico em prover ocupação produtiva a todos os que a desejam. É pertinente utilizá-la como indicador de sustentabilidade na medida em que o estudo da variação ao longo do tempo, por exemplo, mês a mês, possibilita o acompanhamento de tendências e das variações sazonais do emprego e subsidia a formulação de estratégias e políticas de geração de emprego e renda. (IBGE, 2002)”

Um outro fator, é o Coeficiente de mortalidade por homicídio, representando as mortes por causas violentas, leva em conta as variáveis de óbito por homicídios e a população total. Esse índice vem crescendo ano a ano, de acordo com os dados do IBGE. “A criminalidade ocasiona grandes custos sociais e econômicos. Os especialistas apontam a mortalidade por causas violentas como as que mais vêm tomando vulto no conjunto da mortalidade no Brasil, principalmente entre os jovens. O planejamento e a implementação de uma política nacional de segurança

pública, com medidas de curto, médio e longo prazo que integrem diferentes setores governamentais e da sociedade se impõem como condição de governabilidade e de um desenvolvimento sustentável. (IBGE, 2002)”

Evidenciando, de forma respeitada, a questão da insuficiência das atuais políticas econômicas para a promoção do desenvolvimento econômico, tem-se o IDH⁸ nacional. O Brasil apareceu em 72º lugar no ranking do IDH de 2004 (em 2003 o Brasil se encontrava em 65º lugar), com um IDH de Valor 0,775. Esse resultado “demonstra a dificuldade do país em transformar sua riqueza em bem estar para a população”, diz no relatório.

No caso da pobreza, incluindo-se na dimensão social, fica evidente que “a economia está tirando grande parte da humanidade da pobreza, mas são necessárias medidas especiais para ajudar aqueles em situação de desespero”⁹. A pobreza de renda talvez seja o tema mais discutido pelos economistas da atualidade, mesmo tendo uma provável solução detectada: a melhor distribuição de renda no país. Como no caso brasileiro, pode-se dizer que enquadrada nesta provável solução, a pobreza não será trabalhada como um exemplo principal de insuficiência do modelo econômico atual.

Atentando-se, também, para, no que diz respeito a questões ambientais, as várias conseqüências negativas proporcionadas pelo modelo econômico atual ao ecossistema mundial, tem-se:

Um terço das áreas agrícolas mundiais estão perdendo, com extrema facilidade, a camada superior do solo num ritmo que solapa sua produtividade a longo prazo. Chega a 50% a área mundial que sofre pastoreio predatório, deteriorando-se em desertos. As florestas mundiais encolheram pela metade, desde a aurora da agricultura, e continuam

⁸ “Uma alternativa melhor para medir o bem estar das pessoas do que o PIB ou renda per capita.” Disponível no Relatório do Desenvolvimento Humano 2004, do PNUD.

⁹ Jeffrey D. Sachs, em “O fim da miséria”. Reportagem na revista Scientific American, ano 4, no 41, outubro de 2005.

encolhendo. Dois terços dos sítios pesqueiros oceânicos estão sendo explorados além da sua capacidade; a pesca predatória hoje é a regra e não a exceção. E a extração exagerada da água subterrânea é comum nas principais regiões produtoras de alimentos. Em grandes áreas do mundo, a perda da camada superior do solo causada pela erosão eólica e hídrica hoje suplanta a formação natural de novos solos, drenando gradativamente a fertilidade da terra. O mundo também caminha para um déficit hídrico. A extração excessiva de aquíferos, hoje comum em todos os continentes, vem causando quedas em lençóis freáticos, quando o bombeamento excede a capacidade de recarga pela precipitação atmosférica. Os problemas de irrigação são tão antigos quanto a própria irrigação, mas esta é uma nova ameaça, que evoluiu no último meio século com o advento de bombas a diesel e bombas elétricas potentes. As demandas econômicas das florestas também são excessivas. Árvores estão sendo derrubadas ou queimadas mais rapidamente do que podem se regenerar ou ser plantadas. Colheitas predatórias são comuns em muitas regiões, inclusive no Sudeste da Ásia, África Ocidental e a Amazônia brasileira. Mundialmente, as florestas encolhem mais de 9 milhões de hectares ao ano, uma área equivalente a Portugal. O planeta também está perdendo sua diversidade biológica à medida que espécies da flora e da fauna são destruídas mais rapidamente do que evoluem. Esse empobrecimento biológico da Terra é consequência da destruição de habitats, poluição, alteração climática e caça.¹⁰

Relacionado ao caso ambiental brasileiro, traz-se aqui, como exemplo, dois pontos pertinentes ao tema deste trabalho. O desflorestamento da Amazônia Legal, cujas variáveis utilizadas são a área total desflorestada, compreendida na categoria desflorestamento bruto, e as áreas florestadas remanescentes.

“A Floresta Amazônica é um dos principais biomas predominantemente florestais do território brasileiro. Em termos mundiais, é a maior floresta tropical existente, correspondendo a 1/3 das reservas de florestas tropicais úmidas. Abriga grande número de espécies vegetais e animais, muitas delas endêmicas. Estima-se que detém a mais elevada biodiversidade e o maior banco genético do mundo, 1/5 da disponibilidade mundial de água potável e patrimônio mineral ainda em

10 Brown, 2003 Cap 2, p. 29 a 78

parte desconhecido.(...) Este indicador é útil para a avaliação do avanço das atividades agrosilvo-pastoris, e da ocupação antrópica em geral, nas áreas recobertas por florestas no norte do Brasil.” (IBGE, 2002)

Um segundo ponto a ser observado é a participação de fontes renováveis na oferta de energia, que mostra a importância das fontes renováveis na oferta total interna de energia. “A energia é um aspecto-chave do consumo e da produção. A dependência de recursos não renováveis pode ser considerada insustentável a longo prazo. Ainda que se descubram novas reservas de combustível fóssil, sua utilização pode não ser aconselhável por motivos econômicos. Por outro lado, os recursos renováveis podem fornecer energia continuamente, se adotadas estratégias de gestão sustentável. (IBGE, 2002)”

“As estatísticas econômicas mais observadas, como o produto interno bruto, não medem o esgotamento de recursos; elas são essencialmente medidas de fluxo de caixa, em vez de balancetes com ativos e passivos. Quando se desmata uma floresta, o PIB aumenta, mesmo que se tenha eliminado um ativo que poderia trazer fluxo permanente de renda.”¹¹

Após perceber a complexidade das variáveis apresentadas, cabe atentar para o que Celso Furtado apresentou em “O Mito do desenvolvimento econômico”¹², como o possível colapso que o mundo enfrentaria, pela desenfreada utilização dos recursos não renováveis, caso “o desenvolvimento (crescimento) econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar a se concretizar, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se”.

11 Afirma George Musser, redator e editor da Scientific American, na reportagem “O clímax da Humanidade”, outubro de 2005, ano 4 – no 41.

12 O Mito do Desenvolvimento Econômico - Celso Furtado, 1996, p.11.

As observações anteriores evidenciam amplamente que não é o maior crescimento econômico, mas a qualidade deste, que determina a medida do aumento do bem-estar. O crescimento do PIB não significa melhor qualidade de vida, em termos de saúde, educação e mais liberdade de opções. Número crescente de estudiosos consideram o crescimento econômico como condição necessária porém não suficiente para o desenvolvimento, que é um processo complexo e irredutível a poucas variáveis econômicas (Rattner, 2003).

Portanto, tem-se percebido que as análises e incentivos estritamente econômicos estão se mostrando insuficientes na promoção do desenvolvimento econômico. Somar propostas (muitas vezes defendidas por outras ciências) que envolvam de forma positiva o ser humano e a natureza talvez seja a única solução que viabilize o efetivo desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO 2

A dimensão que busca a “Valorização do crescimento econômico” não é apresentada, pois se entende que essa seja uma dimensão bastante trabalhada nos tempos modernos. O trabalho baseado nas variáveis estritamente econômicas, é muito bem feito pelos economistas contemporâneos.

Portanto, as contribuições para uma “nova economia” envolvem outras duas grandes dimensões: dimensão social (humana e institucional) do desenvolvimento; e, dimensão Ecológica (ambiental) do desenvolvimento. Estas dimensões são uma forma de organizar três pontos¹³, definidos por este trabalho, como de grande contribuição para a promoção do real desenvolvimento econômico¹⁴.

Na dimensão social traz-se a “Valorização das liberdades das pessoas” e a “Valorização do desenvolvimento do capital social”. E na dimensão ecológica traz a “Valorização da natureza”.

2.1 Dimensão Social

A dimensão social refere-se basicamente a dois pontos de contribuição. Primeiramente a questão das liberdades das pessoas, valorizando o ser humano no processo de desenvolvimento econômico e como o fim desse desenvolvimento. E, em segundo lugar, tem-se o foco na valorização dos processos de interação e integração das pessoas, a fim de promover o desenvolvimento a partir de redes sociais, culturais, locais (capital social).

13 Os três pontos são espelhados na forma de avaliar capital, estruturada pelo Banco Mundial: capital humano, capital social e capital natural.

14 O termo real vem firmar o termo “desenvolvimento econômico”, pois para muitos, ainda hoje, crescimento e desenvolvimento se confundem.

2.1.1 Valorização das Liberdades das pessoas

Pensar em uma referência, para este tema, é pensar Amartya Sen e a sua conceituada obra: *Desenvolvimento como Liberdade*. Fundamentado nesse escrito, que tem “revolucionado a teoria e a prática do desenvolvimento”¹⁵, o presente tópico busca contribuir para a dimensão social-humana de uma possível “nova economia”.

Para Sen, o desenvolvimento econômico não pode ser considerado, sensatamente, um fim em si mesmo. Tem de estar relacionado à melhoria de vida e as liberdades que as pessoas desfrutam. Expandir as liberdades torna a vida mais rica e desimpedida, permitindo que as pessoas se tornem seres sociais mais completos.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Sen, 2000).

“Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.”

Ver o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas, afirma Sen, tem implicações muito abrangentes para a nossa compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de provê-los.

¹⁵ Palavras do Secretário geral da ONU, Kofi Annan, a respeito do Livro.

A liberdade tem, nessa visão, dois papéis complementares: o papel constitutivo e o papel instrumental. O papel constitutivo “relaciona-se à importância da liberdade substantiva¹⁶ no enriquecimento da vida humana” (liberdade é o fim primordial). E o papel instrumental na qual as “liberdades e direitos também podem contribuir muito eficazmente para o progresso econômico” (liberdade é o principal meio para o desenvolvimento).

A eficácia da liberdade como instrumento reside no fato de que diferentes tipos de liberdade apresentam inter-relação entre si, e um tipo de liberdade pode contribuir imensamente para promover liberdades de outros tipos. Dessa forma as liberdades instrumentais contribuem direta e indiretamente para a liberdade global.

Levar em consideração que a liberdade é objetivo primordial do desenvolvimento, não gera tanta surpresa. Logo o ponto chave da análise de Sen está em considerar a liberdade como meio, apresentando cinco tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora.

As *liberdades políticas*, referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios. Já as *facilidades econômicas* são as facilidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e/ou troca (inclui-se a distribuição igualitária da renda gerada no país e a disponibilidade de financiamento). As *oportunidades sociais* são importantes não só na condução da vida privada, mas também para uma participação mais efetiva em atividades políticas e econômicas (o analfabetismo é um exemplo clássico de barreira à participação em atividades econômicas). As *garantias de transparência* referem-se a liberdade de lidar uns com os outros sob garantia de dessegredo e clareza,

16 “As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc.” (Sen, 2000, p.52)

tendo um papel de inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. Por fim, a *segurança protetora* garantindo, às pessoas que estejam no limiar da vulnerabilidade, uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida a miséria (inclui-se benefícios ao desempregados, distribuição de alimentos e até mesmo empregos públicos de emergência).¹⁷

Nesse contexto é importante perceber que o crescimento econômico poderá contribuir não somente elevando as rendas privadas, afirma Sen, mas também pela expandindo os serviços sociais, como redes de segurança social. Portanto, ao se buscar a valorização das liberdades das pessoas, a ciência econômico precisa levar em consideração variáveis “instrumentais” que vão além do PIB e Renda per Capita.

2.1.2 Valorização do desenvolvimento de Capital Social

“A partir dos anos 1990 o Banco Mundial passou a distinguir , na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital: *capital natural*, isto é, os recursos naturais de que é dotado um país; *capital financeiro*, aquele produzido pela sociedade e que se expressa em infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro e imobiliário, entre outros; *capital humano*, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e, finalmente, *capital social*, que expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas a produção de bens coletivos.” (D’Araújo, 2003: p.9)

¹⁷ Ver em Sen, 2000, p. 55 a 57

“Uma nova política social, em vez de procurar remediar os efeitos destrutivos da lógica da acumulação, é concebida como condição indispensável do desenvolvimento sustentável. Em todos os debates travados nos últimos anos, o conceito de Capital Social tem ocupado espaço crescente, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento.(...) No clima geral de incerteza e insegurança quanto ao futuro e, tendo em vista o baixo poder explicativo da epistemologia convencional, torna-se imprescindível a integração de novos conceitos e análises nos debates sobre desenvolvimento.” (Rattner, 2003)

Rattner comenta que, de acordo com Putnam, “enquanto o capital humano é produto de ações individuais em busca de aprendizado e aperfeiçoamento, o capital social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações, internas e externas. (...) Enquanto as vias convencionais de formar capital humano estimulam o individualismo, a construção de capital social repercute favoravelmente na coesão da família, da comunidade e na sociedade.”

Assim, afirma Fukuyama (2003) que capital social é aquele que permite os indivíduos se agruparem para defender seus interesses e se organizarem em apoio a suas necessidades coletivas. Logo, o capital social mostra-se decisivo para o fortalecimento e estabilidade da democracia, contribuindo para o desenvolvimento econômico de um país.

Dessa forma, Raú Atria¹⁸ diz, que capital social é a capacidade efetiva de mobilizar produtivamente e em benefício do conjunto, os recursos associativos que disponibilizam as diversas redes sociais nas quais os membros de um determinado grupo têm acesso. Esses recursos associativos são as relações de confiança, reciprocidade e cooperação.

18 Consultor da divisão de desenvolvimento social da CEPAL, em “Capital Social y reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe: em busca de um nuevo paradigma”.

Atria considera que as diferenças quanto ao capital social disponível em um grupo ou sociedade, fazem com que seus membros tenham também acesso diferenciado a informações, aos serviços, aos recursos materiais e aos bens culturais que circulam na sociedade. Dessa forma, o nível mais baixo de disponibilidade de capital social de um grupo, na visão de Atria, é considerado capital social restringido. E o nível mais elevado é entendido como capital social ampliado.

Pode-se dizer que o desenvolvimento do capital social tende a aumentar a capacidade de mobilização de um grupo promovendo uma evolução de capital social restringido para ampliado. Contribuindo para uma melhora na qualidade de vida social e econômica, a partir, do que foi dito anteriormente, da ampliação do acesso a informação, aos serviços e aos bens públicos (culturais).

“A expressão capital social, no sentido que está sendo usada aqui, foi mencionada pela primeira vez há cerca de um século. Em 1916, Lyda Judson Hanifan, um jovem educador, usou o conceito para descrever centros comunitários de escolas rurais, no qual detectava que a pobreza crescente se fazia acompanhar pelo decréscimo da sociabilidade e das relações de vizinhança entre a população local. Segundo ele, a comunidade se beneficiaria da cooperação de todos e quando as pessoas criam o hábito de se relacionar, por razões sociais, de lazer ou econômicas, esse ‘capital social’, ou seja, essa rede de relações pode ser dirigida para o bem-estar da comunidade.” (D’Araújo, 2003: p.24)

“Falamos aqui em desenvolvimento local, porque em última instância as forças que se articulam para fazer funcionar estas pequenas iniciativas pertencem a um espaço geográfico concreto, e na maioria dos casos a uma cidade, a um bairro, a um território onde o conhecimento direto entre os atores permite articulações criativas. Um caso negativo ocorrido no Paraná ilustra as tensões que se gera: uma comunidade se organizou e conseguiu, aproveitando materiais

locais, em mutirão, com o apoio de uma igreja, construir um conjunto de casas para as suas famílias. Depois da festa de inauguração, receberam uma multa da associação dos arquitetos, por não ter contratado os especialistas, equivalente ao valor das casas.”¹⁹

David Skidmore, em um de seus artigos²⁰, afirma que uma forma de examinar os efeitos da sociedade civil no desempenho econômico é por referência do conceito de capital social. Adverte também, que recentes teorias dizem que comunidades possuindo níveis relativamente elevados de capital social (capital social ampliado) tendem a desenvolver elevados níveis de desempenho econômico e de bem-estar social.

Para tanto, David Skidmore, em estudos empíricos sobre o relacionamento de redes comunitárias e desenvolvimento econômico, apresentou casos como: numa vila rural da Tanzânia a ampliação de capital social foi acompanhada de um aumento de 20% da renda da comunidade (Narayan and Pritchett, 1999); estudantes, do ensino médio, nos Estados Unidos envolvidos em redes de cooperação social, eram menos propensos a largarem os estudos (Coleman, 1988); uma parceria entre agentes públicos e associações locais de uma vila rural em Taiwan, criaram uma eficiente rede de irrigação cuja responsabilidade ficou para a ação coletiva entre os fazendeiros locais (Lam, 1996); o caso do Banco Grameen, em Bangladesh, mostra o quanto o capital social serve para compensar as falhas de mercado, onde uma sociedade local organizada permite ao pobre o acesso ao micro crédito que seria impossível por canais comerciais convencionais (Yunus, 1999); e, entre outros, o Norte da Itália que por possuir fortes tradições cívicas de associações obtém um nível de renda elevado e um melhor envolvimento dos governantes locais que o Sul da Itália, no qual as tradições cívicas se mostram fracas (Putnam, 1993).

19 Ladislau Dowbor, Artigo Redes de apoio ao empreendedorismo e tecnologias sociais, 23 de Novembro de 2004: p.4

20 "Civil Society, Social Capital and Economic Development". Ver em, <<http://www.drake.edu/artsci/PolSci/personalwebpage/socialcapitai.html>>

Sabendo que a cultura cívica, confiança, reciprocidade são a chave do sucesso para o desenvolvimento e para a democracia, para conseguir que sociedades não-cívicas passem à criá-las, são necessárias mudanças de hábitos e dinâmicas sociais para que se produza capital social. Dessa forma, através de políticas públicas é possível ampliar a capacidade de mudança cultural, não de efeito imediato, visando ao desenvolvimento.

“Uma sociedade cuja cultura pratica e valoriza a confiança interpessoal é mais propícia a produzir o bem comum, a prosperar. A cooperação voluntária, assentada na confiança, por sua vez, só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade e com sistemas de participação cívica. Em sociedades que tenham capital social, que, a exemplo de outras formas de capital, é produtivo e possibilita a realização de certos objetivos, que sem ele seriam inatingíveis.” (D’Araújo, 2003: p.17)

Portanto, capital social não é um instrumento que opera solitariamente. Reflete uma maneira integrada de agir e de interagir que tem na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade. Não é substituto de nada, assim como não supõe que o mercado possa ser substituto do Estado (D’Araújo, 2003).

Logo, perceber e entender a dinâmica do Capital Social, pode ajudar na determinação de políticas econômicas locais e conseqüentemente favorecer ao desenvolvimento econômico do país. Fica evidente que para isso a ciência econômica precisa interagir com outras ciências a fim de viabilizar e sustentar esse processo.

2.2 Dimensão Ecológica - Ambiental

Pode-se dizer que a dimensão ambiental envolve o que Lester Brown acredita, que “da mesma forma que o astrônomo Nicolau Copérnico contestou, em 1543, a opinião de que o sol girava em torno da terra, dando início a um grande debate entre os cientistas da época, levando a uma nova visão de mundo, uma mudança de visão mundial que relaciona a terra e a economia precisa ser emplacada”.

Dessa forma, Hazel Henderson²¹ acredita que “os economistas estão hoje abraçando valores ambientais sem pausar sequer por um momento para refletir sobre a ética implícita da ecofilosofia. Quando o fizerem, eles encontrarão valores que avançam muito no tempo e dizem respeito a todas as gerações, o que impede que se deixem reduzir a qualquer fórmula puramente econômica”.

É nesse contexto que surge, num primeiro passo, o conceito de desenvolvimento sustentável referindo-se “ao desenvolvimento com o uso dos recursos naturais do presente, sem comprometer esses mesmos recursos para o desenvolvimento futuro. Implica, objetivamente, usar os recursos do meio ambiente agora, não causando degradação / exaustão desses recursos, de forma a garantir para futuras gerações condições sustentáveis (Mota, 2001)”.

O tripé meio ambiente-organização-sociedade forma a cadeia de consumo, onde o primeiro atua como fornecedor de materiais, a segunda, como processadora de matéria-prima e a terceira, como consumidora de bens e serviços (Mota, 2001). O uso indiscriminado, pelas atividades humanas / econômicas, tem causado sérios danos aos recursos naturais.

21 Hazel Henderson é uma renomada economista norte americana, futurista independente, colunista internacional e consultora de desenvolvimento sustentável. Ver mais em: <<http://www.hazelhenderson.com>>.

A noção unidisciplinar e fragmentada do conhecimento terá de ser reintegrada, já que a maioria dos problemas de hoje reside nas interfaces entre as disciplinas e exigem abordagens sistêmicas e multidisciplinares, afirma Hazel Henderson.

O “mundo” vem se reunindo desde meados de 1960²² para analisar e discutir os efeitos das ações dos seres humanos (incluindo as econômicas) no meio ambiente. Ultimamente percebe-se o surgimento de reflexões – e até mesmo sugestões práticas - para um desenvolvimento que leve em conta a sustentabilidade do meio ambiente.

2.2.1 Valorização do meio ambiente

Dentre as várias reflexões, apresenta-se neste trabalho três contribuições que se integram em uma Economia Ecológica com grande destaque: Eco-economia, Valoração da natureza e a Macroeconomia ambiental.

Eco-Economia

Para construir uma sociedade sustentável, é essencial entender que um meio ambiente saudável é condição necessária para nosso bem-estar, o funcionamento da economia e, enfim, a sobrevivência da vida na terra²³.

22 A visão de que o meio ambiente finito impõe limitações ao crescimento econômico, não é de agora. Começou a tomar corpo. Já em 1968, com o Clube de Roma (mais efetivamente com o lançamento do relatório The Limits of Growth), onde um grupo de trinta pesquisadores de vários países se reuniu para analisar a situação presente e futura do ser humano e suas inter-relações.

23 Henrique Rattner em Sustentabilidade – uma visão humanista. Ver em, <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>>

Para tanto, as diferenças entre ecologia e economia são fundamentais, afirma Lester Brown. Por exemplo, ecólogos se preocupam com limites, enquanto economistas tendem a não reconhecer quaisquer controles. Ecólogos, pegando a dica da natureza, pensam em termos de ciclos, enquanto economistas são mais propensos a pensar em termos lineares, ou curvilíneos. Os economistas têm imensa fé no mercado, enquanto os ecólogos freqüentemente deixam de considerar o mercado adequadamente.

Sendo assim, uma economia ambientalmente sustentável, uma eco-economia, “requer que os princípios da ecologia estabeleçam o arcabouço para a formulação de políticas econômicas e que economistas e ecólogos trabalhem, em conjunto, para modelar a nova economia. (...) Economistas sabem como transformar metas em políticas. Economistas e ecólogos, trabalhando conjuntamente, podem projetar e construir uma eco-economia que possa sustentar o progresso.” (Brown, 2003)

Como se constata, a eco-economia, “uma economia em sincronia com o ecossistema da terra”, tem suas linhas gerais definidas pelos princípios da ecologia. E conseqüentemente o estilo de vida econômico do ser humano deverá passar por grandes transformações.

Dessa maneira, a “nova economia” ambientalmente sustentável, em vez de ser conduzida por combustíveis fósseis, será movida por fontes de energia derivadas do sol e pela energia geotérmica (do interior da terra). Será baseada no hidrogênio, em vez do carbono. Os transportes urbanos terão sistemas baseados em trilhos – menos barulho, poluição e congestionamento. O ciclo de materiais se fechará, através da reciclagem de materiais já em uso, eliminando os desperdícios. E, a população estará estável, com uma média de dois filhos por casal.

Assim como mudanças deverão acontecer no estilo de vida da população para que se construa uma eco-economia, o setor industrial, na visão de Brown, sofrerá grandes transformações. Como por exemplo o surgimento e fortalecimento de algumas indústrias não muito valorizadas nos tempos atuais: a piscicultura, a fabricação de bicicletas, construção de turbinas eólicas, silvicultura, criação de transportes leves sobre trilhos e alguns outros.

Alguns caminhos, para que se alcance o desenvolvimento econômico baseado neste “novo” conceito de economia ecológica, são apresentados por Brown (2003, p.249). Dentre eles destacam-se: reduzir a fertilidade para estabilizar a população, a uma média de 2 filhos por mulher²⁴; Adotar a Política Fiscal, como um instrumento normativo, já que os impostos e subsídios são largamente utilizados e atuam por todo o mercado; o selo ecológico (já utilizado por alguns como EUA e Reino Unido), rotulando os produtos produzidos através de práticas ambientais seguras, permitindo ao consumidor votar com seu bolso; adoção de impostos ambientais e licenças negociáveis, objetivando desencorajar comportamentos ambientalmente irresponsáveis; e, fazer com que os preços falem a verdade ecológica, calculando os custos ecológicos das várias atividades econômicas²⁵.

A construção rápida de uma eco-economia dependerá de uma ampla mudança em nossas prioridades públicas e em nosso comportamento privado, não apenas como consumidores, mas principalmente como ativistas da eco-economia (Brown, 2003).

24 O Brasil está entre os países com fertilidade acima do Nível de Reposição (2,1 filhos por mulher), com uma média de 2,4 filhos por mulher. Dado extraído do livro “Eco-economia” p. 247.

25 Esse último será um pouco mais trabalhado a seguir em Valoração da Natureza

Valoração da Natureza²⁶

A questão central da valoração da natureza é de que o meio ambiente presta um conjunto de serviços às atividades econômicas, não recebendo, entretanto, nenhuma espécie de pagamento pelos insumos fornecidos ao sistema produtivo. Nos custos de produção, não são computados os prejuízos da degradação (Mota, 2001).

Na explicação de Mota, “a valoração integrada permite mensurar o valor monetário do recurso natural pelas óticas do valor instrumental (valor econômico) e do valor intrínseco (valor ecológico). O primeiro é o valor de uso do ativo natural pela abordagem antropocêntrica, do conteúdo puramente utilitarista do recurso natural. O segundo está intimamente ligado à ética do usuário em relação ao meio ambiente”.

“Todas as mercadorias têm um valor econômico, pois tem preço fixado pelos mercados. Mas os recursos da biodiversidade, tais como um orangotango, uma floresta, o ar e tantos outros não têm preço fixado pelos mercados. Os recursos naturais não são mercadorias, constituem-se em ativos essenciais à preservação da vida de todos os seres. O enfoque sistêmico da valoração ajuda no entendimento de como é importante compreender o valor que tem o meio ambiente para a sobrevivência das espécies na terra” (Mota, 2001)

O valor econômico é observado por Mota, pela composição de quatro partes: *valor de uso direto*, que se caracteriza pelo uso direto do recurso ambiental como fonte primária de matéria prima; *valor de uso indireto*, que está relacionado com a função ecológica do ativo ambiental, pois determinados recursos armazenam muitas espécies que contribuem para a manutenção da

26 Mota, em O Valor da Natureza, apresenta que, o termo valorar significa atribuir aos ativos naturais significado que vai além da teoria de mercado, pois a esses recursos estão incorporadas atribuições ecológicas que são desconhecidas de ciência econômica.

biodiversidade; *valor de opção*, que se relaciona com a disposição a pagar declarada pelas pessoas, com a finalidade de conservar o recurso ambiental; e, *valor de existência*, que se baseia na parcela do valor econômico do recurso ambiental somente pela sua existência, que independe do seu uso presente ou futuro.

Ainda de acordo com José Mota, um dos pontos de partida está em analisar a capacidade de suporte e resiliência²⁷ de recursos naturais em uso. Onde o “conceito de capacidade de suporte fornece subsídios para a estimativa ótima do número de pessoas que um ambiente natural pode suportar, garantindo sua sustentabilidade no presente sem reduzir sua capacidade de sustentar as mesmas espécies no futuro.”

Um outro ponto visa intervenções com políticas públicas ambientais a fim de constituir normas, subsídios jurídicos e institucionais e incentivos econômicos - tarifas, subvenções, sistemas de depósito e consignação etc.

“Uma política pública ambiental é uma tomada de decisão sobre a gestão dos recursos naturais, combinando ações e compromissos em que estão envolvidos a sociedade em geral e os poderes legalmente constituídos. A tomada de decisão na área ambiental envolve a preservação / conservação de recursos naturais, as necessidades da sociedade, e das atividades econômicas e a antecipação de eventos e elementos de irracionalidade.” (Mota, 2001)

Dessa forma, os recursos naturais teriam uma função estratégica para o desenvolvimento do país, computando nas contas nacionais a depreciação do capital natural²⁸

27 Entendo resiliência como a capacidade que o sistema tem para se recompor das ações degradadoras.

28 “O capital natural é dividido em capital renovável e não-renovável. Aquele inclui florestas, terra para cultivo, ar e água, e este agrega as reservas de petróleo, carvão e outros minerais.” (Mota, 2001, p.47)

Representa dizer que a valoração da natureza é mais um passo na direção da solução para o que a natureza vem sofrendo, com o crescimento econômico desequilibrado. Acredita-se que a partir da valoração o atual sistema econômico passa a sentir “no bolso” os desgastes do meio ambiente.

Uma Macroeconomia Ambiental

Considerado por muitos economistas como um dos precursores da economia ecológica, Herman Daly apresentou um trabalho muito interessante (Toward an Environmental Macroeconomics²⁹), no qual procurou trazer a discussão da economia ambiental para a dimensão da macroeconomia.

“A economia ambiental, como é pensada nas universidades e praticada nas agências de governo e bancos de desenvolvimento, é exclusivamente microeconômica”. (Daly, 1991)

A visão da economia moderna em geral, especialmente da macroeconomia, é o familiar diagrama de fluxo circular, fechado (Daly, 1991, p.255) . Parece um sistema fechado, isolado que se refere a produção e consumo, não levando em consideração os recursos naturais.

Para Daly, enquanto não entrar no fluxo de análise macroeconômica, assim como na microeconômica, o meio ambiente, os sistemas não estarão sustentados e os problemas ambientais, assim como econômicos, aumentarão³⁰.

A macroeconomia está voltada para o comportamento da economia em seu conjunto. A unidade de referência é o relacionamento de uma economia nacional.

29 “Para uma Macroeconomia Ambiental” – Daly, Herman, 1991.

30 Avançando nos textos macroeconômicos atuais, as coisas não melhoram. Percebe-se, claramente, que a análise da função $Y = f(K, L)$ não considera o fator recursos. Não considera nem mesmo os desperdícios.

A macroeconomia se preocupa com as relações entre as macrovariáveis, como o nível dos investimentos, do emprego dos recursos, do volume do Produto Interno Bruto e da Renda Nacional.

Analisando o modelo IS-LM, a essência da macroeconomia moderna, visualiza-se a ênfase na interação entre os mercados de bens e monetário. Incorporar à curva IS-LM a variável economia ambiental (EE) seria uma das propostas da Macroeconomia Ambiental³¹.

Para tanto, tem-se a necessidade de uma nova visão, afirma Daly. Não descartando a velha visão mas admitindo a macroeconomia como um sistema aberto, que inevitavelmente se relaciona com o meio ambiente. Neste pensamento, pode-se dizer que os recursos ambientais passariam a fazer parte do conjunto das macrovariáveis, tendo seu peso como mais um fator condicionante do desenvolvimento econômico nacional.

31 O modelo poderia passar a ser: IS-LM-EE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perceber o crescimento econômico, como parte do processo de desenvolvimento econômico, foi o primeiro passo defendido por essa monografia. Este trabalho procurou abordar o desenvolvimento econômico na sua forma mais ampla, no qual estão envolvidas, além das variáveis econômicas, as variáveis sociais e ambientais.

Dessa forma, no capítulo 1, percebe-se claramente alguns pontos de insuficiência do modelo econômico tradicional na promoção do desenvolvimento econômico. Evidenciando que apesar do país estar crescendo, a pobreza continua muito elevada, a quantidade de mortes por homicídios vem aumentando, a riqueza não se transforma em bem-estar (não está havendo desconcentração de renda) e a natureza (capital natural) está se reduzindo.

Talvez devido ao fato da ciência econômica, tradicionalmente, negligenciar o impacto de variáveis não-econômicas no desenvolvimento econômico, busca-se cada vez mais reflexões destacando a necessidade de uma economia baseada em novos paradigmas.

O capítulo 2, em certa medida, reforça que a ciência econômica precisa se transformar, a fim de considerar em seus modelos econômicos a liberdade das pessoas, o desenvolvimento de capital social, os princípios da ecologia, o valor da natureza e passar a analisar em âmbito macroeconômico o meio ambiente.

Apresentou-se as contribuições para uma “nova economia”, evidenciando a necessidade de interação da ciência econômica com as demais ciências (ecologia, sociologia, direito, educação etc.), com o objetivo de potencializar a transformação do modelo econômico vigente, a fim de considerar no desenvolvimento econômico

variáveis não somente econômicas. E sublinhou, de forma simplificada, possibilidades que permitam caminhar em direção a um novo modelo econômico.

Vale salientar que não se defendeu, no trabalho, que a ciência econômica ampliasse suas fronteiras³² e envolvesse em seu campo estudos de outras ciências, mas que percebesse claramente seus limites e que aprendesse a atuar em conjunto com outras ciências objetivando criar possíveis soluções aos complexos problemas que interferem negativamente no desenvolvimento econômico.

Pode-se concluir, então que, após uma sucinta análise da economia moderna e após a discussão sobre possíveis contribuições à uma “nova economia”, a insuficiência da ciência econômica está na limitação de se promover políticas econômicas que considerem, efetivamente, as variáveis humanas, sociais e ambientais.

No anexo seguinte, encontra-se uma proposta, colocada em prática por um grupo de estudantes de economia da Universidade Federal do Paraná, um tanto quanto ousada, de aproximação universidade – escola, visando a disseminação de conhecimentos básicos da ciência econômica, a um grupo de alunos do ensino médio de um colégio estadual de Curitiba e a ampliação do contato com a realidade, por parte dos universitários. Buscou-se verificar, num primeiro plano, as possibilidades de expansão das oportunidades sociais, das facilidades econômicas e do desenvolvimento de capital social.

32 “Toda ciência é benéfica dentro de suas próprias fronteiras, mas torna-se má e destrutiva logo que as ultrapassa.” (Schumacher, 76, p.39)

ANEXO

“Uma certa inquietação tomou conta da sala de aula, na turma de terceiro ano do curso de economia, naquele dia. Ao ler em voz alta a página 19 do livro *Os sete Saberes*, Edgar Morin: ‘A ciência econômica é a ciência humana mais sofisticada e mais formalizada. Entretanto, os economistas são incapazes de se porem de acordo sobre suas predições, que comumente são errôneas. E por quê? Porque a economia se isolou de outras dimensões humanas e sociais, que são inseparáveis dela, e porque é incapaz de encarar o que não é quantificável, ou seja, as paixões e necessidades humanas. Portanto a economia é a ciência mais avançada matematicamente e a mais atrasada humanamente’.”³³

Inspirado nas pesquisas do economista Alejandro S. Santamaria³⁴, o autor desta monografia decidiu abandonar a posição confortável de analisar o ser humano econômico à distância, colocando-se de frente com uma realidade social, a fim de, futuramente, verificar se ao oportunizar o aprendizado de “saberes básicos”³⁵ da ciência econômica, contribuiria para o desenvolvimento econômico local e conseqüentemente, para a elevação de qualidade de vida do grupo local (incluindo os jovens participantes).

Com a participação e atuação de alunos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná (incluindo o autor desta monografia), com a orientação de uma professora titular do Departamento de Economia da

33 Este, pode-se dizer que, foi um “empurrão” para que um grupo de estudantes de economia, começasse a pensar em algo, o Curso de Consciência Econômica.

34 Santamaria (Professor de Economia da Universidade de Los Andes, Bogota) afirma que a relação humana está vivendo um momento de transição e que para solucionar os problemas de nossos tempos é muito importante manter aberto os canais de comunicação entre a ciência e a sociedade. Ver em: Ekins, P.; Max-Neef, M. *Real Life economics: understanding wealth creation* New York, 1992, p.10-21.

35 Os saberes básicos considerados no curso são: Introdução à Economia (O que é economia, sistema econômico, agentes econômicos e ferramentas econômicas.); Microeconomia (Empresa como agente econômico, consumo consciente etc.); Macroeconomia (Economia Brasileira, Conjuntura Econômica etc.); e, Valores humanos universais; Planejamento Estratégico de vida.

Universidade Federal do Paraná e com o apoio do Conselho Regional de Economia, foi desenvolvido o Curso de extensão “Consciência Econômica”.

Durante o período de 06 de agosto a 24 de setembro de 2005 (somando 36 horas, com encontros aos sábados) foram ministradas aulas, no Colégio Estadual Professor Brasília Vicente de Castro, com alunos do 3º ano do ensino médio e do pós-médio.

O curso buscou aproximar duas realidades (universidade-escola) de forma a ampliar as facilidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e/ou troca (expandir as facilidades econômicas), ampliar as oportunidades sociais, que são importantes não só na condução da vida privada, mas também para uma participação mais efetiva em atividades políticas e econômicas (o analfabetismo é um exemplo clássico de barreira à participação em atividades econômicas) e desenvolver capital social, permitindo os indivíduos se agruparem para defender seus interesses e se organizarem em apoio a suas necessidades coletivas.

Durante todo curso colheu-se relatos e opiniões dos alunos. E abaixo, apresenta-se alguns:

- “Com o passar das aulas, eu fui aprendendo a descobrir o que é economia e descobri que o que eu sabia sobre esse tema era praticamente nada. Hoje tenho outra visão, consigo visualizar no dia-a-dia que a economia está em tudo e que não é preciso ser um economista para ver isso. Mas é preciso sim que essa ‘consciência econômica’ seja passada para todos.” (Tatiane Neto)
- “Não pensava, até então, que um simples sanduíche que eu comia, tivesse uma grande trajetória, começando da vaca que deu a carne para o hambúrguer e etc. (...) Esse curso de economia fez abrir os meus horizontes para o meu projeto de vida, e saber o que é desejo e o que realmente é necessidade. Saber planejar

os nossos atos levando em conta como está o país economicamente, (...).” (Ana Carolina)

- “Aprendi que tudo, em nossa vida, gira em torno da economia (trabalhos, em casa, estudando etc.) e que é tendo consciência de como funciona que podemos contribuir para a melhoria do nosso país.” (Giselle Sauner)

Portanto, talvez o principal benefício do curso à ciência econômica se explicita, a partir do contato direto com a realidade local durante quase dois meses, na percepção de que realmente a ciência econômica é fundamental para o desenvolvimento das liberdades das pessoas. E que é no contato com o dia-a-dia da sociedade que começa a “nova economia”, na qual impera a confiança, a cooperação e a reciprocidade.

Nas palavras do grupo coordenador, “esta foi uma forma ao nosso alcance, enquanto graduandos de economia, que objetivou empoderar os jovens, de conhecimentos básicos de uma ciência (econômica) que pensa, analisa, estuda, identifica, projeta, pesquisa etc., o que eles vivem diariamente, de forma muitas vezes intuitiva: as interações econômicas”.

É muito cedo para avaliar resultados consideráveis. O que se pôde observar foi o impacto, inicial, do curso nos “dois mundos”, universidade e escola (muito pelos relatos dos alunos). Na universidade, pelos questionamentos da própria ciência e pela formulação deste trabalho de monografia.

Acreditando que a ciência seja uma “função da vida” (Alves, 2000, p.40), observar a realidade econômica, vivida pela sociedade, permitiu aos economistas encontrar a ciência econômica em sua plenitude e muitas vezes permite encontrar as respostas aos problemas da ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, R. **Filosofia da ciência** 7ª ed. Edições Loyola: São Paulo, 2000.

Araújo, M. C. S. D'. **Capital Social** Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

Atria, R.; Siles, M. **Capital Social y reducción de la pobreza em América Latina y el Caribe: em busca de um nuevo paradigma CEPAL**, Santiago de Chile, 2003.

Azeredo, B.; Duncan, P. G. **A experiência da área de desenvolvimento social no período 1996-2002 - Rio de Janeiro: BNDES**, 2002.

BNDES. **O BNDES e o Novo Ciclo de Desenvolvimento. REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 12, N. 23, P. 3-16, JUN. 2005. Disponível em:**
<<http://www.bndes.gov.br>>

Brown, L. **Eco-Economia: construindo uma economia para a terra UMA: Salvador**, 2003.

Daly, H. **Sustentabilidade em um mundo lotado. Revista Scientific American Brasil**, São Paulo Ano 4 – no 41, p.92-99, out. 2005.

_____. **Towards an Environmental Macroeconomics. Land Economics**; May 1991; 67 (2), ABI / INFORM Global. P 255 – 59.

_____. **Towards a New Economics. Disponível em:**
<<http://www.worldpolicy.org/globalrights/environment/daly3.html>>

Dornbusch, R; Stanley, F. **Macroeconomia** 5ª Ed. Makron Books: São Paulo, 1991, p. 3 – 36.

Furtado, C. **O mito do Desenvolvimento Econômico** 3ª Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.

Gaudin, T. **Economia cognitiva: uma introdução** Beca: São Paulo, 1999.

Henderson, H..**Além da Globalização: Modelando uma economia global sustentável** Ed. Cultrix, São Paulo, 2003.

_____. **Transcendendo a Economia** Ed. Cultrix, São Paulo, 1991

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável : Brasil 2002** /Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. 195 p. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/pub>> Acesso em: Julho / agosto 2005

IPEA. **Brasil avança, mas desigualdade persiste. Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>> Acesso em: Julho / agosto 2005

Mota, J. A. **O valor da natureza: Economia e política dos recursos ambientais** Garamond, Rio de Janeiro, 2001.

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano 2004** <<http://www.pnud.org.br/rdh/destaques>>. Acesso em: agosto 2005.

Robertson, J. **The new economics of sustainable development.** 1999. Disponível em: < <http://www.jamesrobertson.com>>

Rossetti, J. P. **Introdução à Economia** 20ª ed. Atlas: São Paulo, 2003

Sachs, I. **A ciência econômica Vol. V.** Livraria Bertrand: Lisboa, 1970

Sachs, J. **O fim da miséria.** Revista Scientific American Brasil, São Paulo Ano 4 – no 41, p.48-57, out. 2005

SANE. **Principies of New Economics.** Disponível em: <<http://www.sane.org.za/pubs/>>. Acesso em: agosto / setembro 2005.

Schumacher, E. F. **O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas** 2ª ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

Sen, A. **Sobre ética e economia** Companhia das letras: São Paulo, 1999.

----- **Desenvolvimento como Liberdade** Companhia das letras: São Paulo, 2000.

Souza, N. de J. de **Desenvolvimento Econômico** 5ª Ed., Atlas, São Paulo, 2005.

The New Economics Foundation (NEF). **The work of nef. Report 2004.** Disponível em: <[http:// www.neweconomics.org](http://www.neweconomics.org)>. Acesso em: agosto / setembro 2005.